

# *500 anos: tópicos em História da Educação*

José G. Gondra<sup>1</sup>

VIDAL, Diana G., HILSDORF, Maria L. (orgs.). *500 anos: tópicos em História da Educação*. São Paulo: EDUSP, 2001.

Questões típicas. Abordagens provocativas. Seleção necessária. Argumentos refinados. O livro *500 anos — Tópicos em História da Educação*, organizado pelas professoras Diana Vidal e Maria Lucia Hilsdorf, pela focalização e pelo tratamento a que os problemas selecionados foram submetidos, impede que os 500 anos sejam representados sob o signo da festa, possibilitando uma reflexão aguda acerca das questões presentes no livro. Assim, permite que educadores/as, de modo geral, e historiadores/as da educação brasileira tenham acesso a textos cuja marca os situa em uma fecunda região de crítica à

historiografia mais consagrada da área de história da educação.

Com esse traço, os onze ensaios do livro colaboram para recriar velhos objetos e, ao mesmo tempo, valorizar outros que, com alguma frequência, são relegados a um plano secundário. O período amplo e a perspectiva de síntese que o mesmo sugere não tem lugar nessa coletânea. Ao escapar da lógica do grande panorama, tal decisão criou condições para que os autores pudessem aprofundar e prefigurar com mais precisão os recortes

---

<sup>1</sup> Professor na Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Doutor em Educação na área de História da Educação e Historiografia pela Universidade de São Paulo.

temáticos, temporais, geográficos e conceituais sob a responsabilidade de cada um.

A subversão assinalada, contudo, não abandona a temporalidade dos cinco séculos, presente e insinuada na organização da obra. Com isso, o leitor é remetido a questões típicas, a lugares de argumentação sobre educação do século XVI ao século XX ou, caso preferam, da Colônia aos dias atuais. O modo como o leitor é remetido a essa temporalidade constitui-se em uma abordagem instigante, dilacerando marcos construídos e consolidados a partir da aderência às clássicas sobredeterminações da política e/ou da economia, com base nas quais, nessa perspectiva, a educação é dada a ler. Ao promover essa espécie de corrosão, o fenômeno educacional é representado sem simplicidade e sem simplificações, pois é recolocado na condição de objeto que integra e configura a cultura de modo complexo, mediatizado por incontáveis e, por vezes, inesperadas conjunções. Nessa obra, a fé, o livro, o analfabetismo/ignorância, a região, a raça, o tempo, a leitura, o trabalho, o gênero, a infância e a imprensa foram constituídos em lugares por intermédio dos quais a educação se faz perceptível, variável, compreensível.

Ao enfrentar o desafio de discutir elementos da estrutura, função e valor

da cultura escolar jesuítica do século XVII, João Hansen o faz considerando o presente daquele tempo, evitando universalizar a matriz de interpretação que tem como base as categorias iluministas e liberais. Ao evitar o anacronismo que denuncia, Hansen desenvolve seu estudo tomando por base a concepção de ensino exposta na *Ratio Studiorum* de 1599, explorando ao longo de seu trabalho a tese de que o modelo educativo que a mesma procura instituir é a de que “o conhecimento deve ser produto da prática coletiva dos padres que repetem saberes autorizados como aplicação imediatamente útil.” Nesse sentido, a encíclica examinada é lugar no qual encontram-se condensados alguns dos traços que tipificam a Companhia de Jesus, desde a sua fundação, ao mesmo tempo que institui uma espécie de programa ou de “pregação universal” que pautaria a ação pedagógica da própria ordem religiosa: os procedimentos, o regulamento, a estrutura do ensino, os conteúdos e finalidades, a repartição do tempo, as rotinas, as regras de ensino, avaliação e classificação dos alunos e a defesa de um ensino aproximado da experiência dos discípulos.

Ao admitir que a historiografia constitui-se em uma invenção do século XIX, Andréa Daher provocativamente se propôs a examinar um opúsculo impresso

no século XVI, chamando atenção para “a função teológico-política evidente no momento de sua produção e consumo”, ressaltando que o impresso de Pero de Magalhães Gândavo funciona, ao mesmo tempo, como testemunho, imortalizando a história da nova terra e, também como propaganda da descoberta e dos descobridores. Nesta linha, o impresso teria exercido um significativo papel na produção da memória da própria colonização portuguesa.

O jogo de luzes e sombras é a metáfora que corta e organiza o texto de Maria Lucia Pallares-Burke. Podendo ser situado no campo dos estudos das idéias pedagógicas, esse texto incita o leitor a promover uma revisão da historiografia que aborda o iluminismo, ao caracterizá-lo como um tempo e procedimentos recobertos por luz e sombra, traço que, segundo a autora, comparece, com variações, também nos dias atuais. Se o iluminismo colaborou para construir a representação do homem, de todo homem, como capaz de um aprimoramento continuado, ao mesmo tempo, promover o aparecimento do amálgama entre instruir e subverter, elemento que passou a fazer com que a educação das massas ignorantes e iletradas fosse (e seja) objeto de postergação. Evitando afirmações fáceis, Burke examina essa hipótese por

intermédio da análise de duas reformas: uma ocorrida na Inglaterra e outra na Áustria e Prússia. Em ambas, a decisão acerca da difusão plena do conhecimento foi matizada pelo receio de que a instrução de todos pudesse representar o fim do sonho do projeto iluminista e, neste sentido, manter uma ignorância sob controle teria sido uma estratégia da ilustração.

Reconhecendo um movimento de fertilização na área de História da Educação, expresso na formulação de novos eixos de investigação, fontes e de revalorização de períodos mais recuados, Maria Lucia Hisldorf debate o processo de escolarização em São Paulo, tomando por base um rico patrimônio documental existente no Arquivo do Estado de São Paulo. Ao caracterizar esse material, a autora defende enfaticamente que apesar de ter como “origem a ação político-administrativa das autoridades governamentais”, seu conteúdo não pode ser classificado como “meramente burocrático”. Nessa linha, a autora assinala que, devidamente interrogados, os documentos desse acervo referem-se aos agentes da educação e ensino, às instituições desconhecidas ou desconsideradas e às múltiplas práticas sociais, educacionais e pedagógicas, o que, segundo ela, “permite ressignificar o que era o escolar e o não escolar na educação

paulista da primeira metade do século XIX". A partir daí a autora realiza um esforço bem sucedido de discutir as práticas liberais e ilustradas na Província de São Paulo na primeira metade do século XIX, acompanhando a iniciativa de dois paulistas ilustrados e de uma instituição voltada para a educação feminina, apresentando um mapa de representações acerca da leitura, do cotidiano das aulas, da ação docente, dos métodos, dos materiais pedagógicos e do espaço escolar. Mapa que permite problematizar, por exemplo, a clássica representação dos docentes como anacrônicos, incapazes e desligados da realidade social, mal remunerados, desassistidos, rotineiros e conservadores, bem como a educação que era reservada às meninas.

A trajetória de um escravo constitui-se no mote para que Cecília Cortez reconsidere o caráter extraordinário da mesma, inserindo-a como uma possibilidade experimentada por Luiz Gama, no ambiente cultural específico de São Paulo, saturado pela questão, da escravidão e por ocupações inéditas exercidas por negros e negras, inclusive aquelas associadas à leitura e escrita. Tomando como fonte a carta autobiográfica redigida pelo ex-escravo, Cecília não perde a oportunidade de tematizar o caráter da escrita e dessa

modalidade específica de registro, bem como dos processos criminais nos quais Luiz Gama teve participação. Com isso, tece uma rede de complexas relações experimentadas, devolvendo a trajetória singular do negro-escravo ao interior dos movimentos mais amplos do grupo social de que fazia parte.

Adotando a noção de que o tempo é uma construção social, Luciano Mendes e Tarcísio Vago enfrentam o desafio de refletir acerca da construção do tempo escolar, tomando como referência reformas educacionais do início dos séculos XIX e XX. Nas reformas examinadas, a questão metodológica recobre e legitima as decisões relativas à distribuição, repartição e uso do tempo no interior da organização escolar. Nesse sentido, vão sendo delineados o ano letivo, seus períodos de aula e de férias, a semana escolar, o dia letivo, com instalação dos marcos definidores de sua duração, os turnos e também o horário destinado aos estudos e recreios. Delineia-se, deste modo, o próprio calendário escolar em seu sentido mais abrangente. Além disso, assinalam que o debate, os encaminhamentos e as decisões relacionados a estas questões implicaram também na incorporação, por parte da escola, de equipamentos voltados para o controle da uniformização da rotina escolar, incluindo-se aí os relógios, campainhas e sinetas.

Tais demarcações supõem, igualmente, a produção de uma estrutura de controle hierarquizada à qual compete controlar a execução da reforma em seus múltiplos desdobramentos, inclusive naqueles relativos ao tempo. No exame desse aspecto, os autores surpreendem poderes articulados, mas nem sempre sintonizados na mesma freqüência. Por exemplo, ao flagrar argumentos dissonantes dos inspetores de ensino e professoras das escolas isoladas e diretoras dos grupos escolares, os autores indicam pistas em que se torna perceptível que a letra da reforma não é rebatida especularmente nas práticas escolares, localizando, portanto, nos registros dos agentes escolares focos de problematizações em relação à racionalidade que a reforma procura impor. No caso, podemos perceber que as professoras e diretoras reivindicam o direito de agirem como artesãs do tempo na escola, impondo limites à linearidade e uniformidade tipificadas e controladas no âmbito da reforma analisada.

Assim, deslocando-se de uma reforma para outra, de um século para outro, os autores exploram com habilidade a tese da escola como uma invenção histórico-cultural em que os sujeitos a inventam e reinventam continuamente; movimento este que, na ótica dos autores, promove, simultaneamente, a

reinvenção dos próprios sujeitos envolvidos com a escola, o que fica provocativamente demonstrado no modo peculiar como abordam a questão do tempo escolar.

A questão da leitura, recortada pelo estudo dos impressos de destinação pedagógica, delinea o problema que Marta Carvalho enfrenta com aguda sensibilidade e cautela. Procurando problematizar as condições de produção, circulação e apropriação dos referidos impressos, a autora alerta que "se, por um lado, é necessário situar o impresso de uso escolar relativamente às modalidades diferenciadas de concepção pedagógica que presidem a sua produção e distribuição, por outro é necessário pensar que, uma vez produzido e distribuído, o impresso pode ganhar vida própria, sendo objeto de usos não previstos pelas regras que presidiram a sua produção". O que significa, para a autora, que "o impresso pode comportar usos muito diferenciados em tempos e espaços distintos". A autora também chama a atenção para as situações em que o impresso é utilizado como fonte para a pesquisa. Neste caso, ela lembra que a sua credibilidade como fonte encontra-se "largamente dependente da possibilidade da circunscrever, com o recurso a outras fontes, situações de uso bem configuradas".

Ancorada nesses elementos, a autora procura examinar os discursos que buscaram legitimar-se como saber pedagógico de tipo novo, moderno, experimental e científico. Para tanto, recorre ao exame da experiência paulista, na virada do século XIX para o XX, desenvolvendo reflexões acerca da implantação da Escola Modelo, anexa à Escola Normal, e da iniciativa de professores desta instituição em criar uma revista, *A Eschola Publica*. É por intermédio do exame deste periódico, constituído em documento-fonte, que a autora explora o modelo de pedagogia como "arte de ensinar" que o tal periódico procura instituir e legitimar.

Na conclusão de seu estudo, a autora explora a inflexão ocorrida com a entrada em cena dos discursos da "escola ativa", assinalando que a partir daí se estabelece uma outra relação com o impresso, elegendo-se o livro e a biblioteca de educação como novas estratégias de modelação de uma nova cultura pedagógica.

Criticando a historiografia existente acerca da história da instrução profissional, o estudo de Carmen S. V. Moraes desenvolve uma reflexão instigante sobre esta modalidade de ensino e seu processo de estruturação e desenvolvimento no Estado de São Paulo. Para tanto, ao longo dessa escrita o leitor é remetido ao estudo de um conjunto de instituições de

formação profissional, sendo colocado frente às representações de trabalho e de trabalhador que cada uma delas procurou instituir e legitimar. A autora, então, não perde a oportunidade para marcar e discutir a existência de um fluxo entre a ordem, a lógica e a racionalidade do mundo do trabalho e o que se processa no interior das escolas oficiais de formação profissional. Fluxo este que sofre deslocamentos, com impactos conceituais e práticos, gerando novas experiências e intervenções no campo do ensino profissional.

Partindo de um debate conceitual acerca da categoria *gênero*, amparadas em uma bibliografia de primeira linha, as autoras do nono texto desenvolvem um esforço de localizá-lo no âmbito do movimento observável na historiografia da educação brasileira. Além disso, selecionaram duas questões delicadas, relativas à construção de representações acerca das competências e atividades femininas: o voto e o exercício profissional.

A questão do voto feminino é discutida a partir do exame de teses sobre este ponto apresentadas na II Conferência Nacional de Educação (Belo Horizonte, 1928). De acordo com Diana Vidal e Marília Carvalho, esta foi a única tese desse evento que provocou polêmica, fato que as autoras registraram com qualidade singular, promovendo uma fértil reflexão sobre a tensão evidenciada e as representações de mulher, feminino,

homem e masculino presentes naquele debate caloroso e emblemático.

O trabalho feminino fora do ambiente privado, doméstico, que constitui o segundo núcleo de reflexão das autoras, é desenvolvido por intermédio de uma complexa conjunção na qual os argumentos higiênicos, urbanos, morais, religiosos, sociológicos e familiares são mobilizados a favor ou contra o magistério feminino. Tal discussão faz emergir a provocativa tese do celibato feminino, condição necessária para autorizar o trabalho da mulher como professora, segundo seus defensores. Da reclusão ao lar ao exercício profissional balizado pelo atendimento a certas exigências e condições, as autoras produzem uma fértil reflexão acerca do processo de ingresso das mulheres no magistério e do fenômeno da feminização detectável, em um primeiro momento, no nível primário da escolarização, fundamento para que as autoras afirmem com propriedade que “ser professora, assim ser mulher professora, nem sempre foi a mesma coisa”.

Ao tematizar a infância e a legislação correlata à sua escolarização, Tizuko Kishimoto possibilita que se perceba a lei como um discurso construído, o qual guarda uma íntima relação com os escopos e representações culturais legitimados em um determinado período.

Nessa linha, a autora examina um conjunto expressivo de representações

construídas e veiculadas acerca da infância, indicando como tais referências marcaram e produziram instituições e o próprio modo como a legislação trata a questão. De Froebel à nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394 de 20/12/1996), passando por Menezes Vieira e John Dewey, a autora apresenta um panorama indicativo dos movimentos pelos quais passou a formação da criança de 0 a 6 anos de idade. Acentua que este debate tem impacto nas definições conceituais, legislativas e institucionais — tanto aquelas voltadas para o atendimento, como as de formação de profissionais para a educação infantil, por exemplo.

Ao concluir, a autora não se furta de apontar uma série de desafios contemporâneos associados ao problema da infância, configurando uma espécie de agenda que deveria pautar os debates sobre a problemática da infância nos dias atuais.

O último texto do livro dedica-se ao debate acerca das fontes, da localização e da geração dos instrumentos de pesquisa, tomando como ponto de partida as possibilidades vislumbradas a partir da experiência com a pesquisa de revistas especializadas em educação “existentes no Estado de São Paulo”, que exigiu a identificação das mesmas nos acervos da cidade de São Paulo e em outras do interior do Estado, base para o conhecimento das publicações pedagógicas e posterior elaboração de um

catálogo dos periódicos e guias de referência temáticos acerca da formação/educação feminina e formação de professores/saberes pedagógicos.

Ao longo do texto, Denice Catani e Cynthia de Sousa, as autoras, dão notícias importantes acerca das iniciativas mais expressivas já desenvolvidas em outros países (Bélgica, Itália, Portugal e França), além de indicarem o estado da arte acerca desta questão no Brasil. Considerando estes esforços, as autoras narram as possibilidades, limites e perspectivas que orientaram a condução da investigação por elas realizadas, além de indicarem a necessidade de empreendimentos para integrar e sistematizar os estudos acerca da imprensa pedagógica brasileira desenvolvidos em outras instituições.

Com base no esforço desenvolvido, as autoras sublinham que, "sendo os periódicos uma via de acesso tão privilegiada às diversas configurações da vida no campo educacional e às várias dimensões da cultura escolar, a multiplicação dos estudos que sistematizem informações sobre os periódicos, a própria localização e estabelecimento do ciclo de vida dos

mesmos torna-se vital para a História da Educação".

Onze tópicos. Ao final o leitor ficará com a sensação que, menos do que fragmentos, ele tem diante de si o objeto educacional recortado com refinamento, sugerindo inúmeros e inesperados entrelaçamentos, inclusive com questões e problemas não enfatizados ou até mesmo ausentes desse livro, como a questão do espaço escolar, dos processos de disciplinamento, da relação entre higiene e educação, da presença de agentes de modelação como os partidos políticos, entidades sindicais, estudantis e acadêmicas; de instituições de formação como as religiosas, militares e comunitárias; dentre outras.

As tópicos em História da Educação contempladas neste livro e o modo como foram abordadas, ao apontarem para uma outra possibilidade de escrita da história da educação brasileira, saciam em parte a nossa fome e sede de entendimento acerca das múltiplas faces do objeto educacional, ao mesmo tempo em que abrem o apetite e a curiosidade dos leitores, desafiando-os a reinventarem o próprio modo de conceber e de intervir na arena educacional.